

USOS PÚBLICOS DO PASSADO: OS JOVENS E A DITADURA NOS CANAIS DE HISTÓRIA DO YOUTUBE

JEAN APARECIDO PRESSE E JULIANA PIROLA DA CONCEIÇÃO BALESTRA

[RESUMO]

O trabalho apresenta os resultados de uma pesquisa realizada no Curso de História – Licenciatura da UNILA sobre os usos públicos da Ditadura civil-militar do Brasil em cinco canais do YouTube, apresentados por jovens professores de História e direcionados a jovens estudantes em situação escolar, em geral se preparando para provas, concursos e exames de larga escala, como vestibulares e o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM. O objetivo foi identificar as narrativas sobre a Ditadura que circulam nesses canais e refletir sobre como os jovens interagem com elas por meio do registro de comentários. A metodologia utilizada envolveu a análise dos vídeos postados sobre o tema e dos comentários a eles referidos, desde a sua postagem até agosto de 2018. Para tanto, tomou-se como referência os conceitos de história pública, cultura digital e suas relações com o ensino de História no Brasil.

Palavras-chave: História Pública – Ditadura – YouTube.

[RESUMEN]

El trabajo presenta los resultados de una investigación realizada en la carrera de Profesorado de Historia de la UNILA sobre los usos públicos de la historia de la Dictadura cívico-militar de Brasil en cinco canales de YouTube, presentados por jóvenes profesores de Historia y dirigidos a jóvenes estudiantes en situación escolar, en general preparándose para exámenes de larga escala, como vestibulares y el Examen Nacional de la Enseñanza Media – ENEM. El objetivo fue identificar las narrativas sobre la Dictadura que circulan en esos canales y reflexionar cómo los jóvenes interactúan con ellas a través del registro de comentarios, desde cuando se publicaron los videos hasta agosto de 2018. La metodología utilizada implicó el análisis de los videos publicados sobre el tema y de los comentarios a ellos referidos. Para ello, se tomó como referencia los conceptos de histórica pública, cultura digital y sus relaciones con la enseñanza de la Historia en Brasil

Keywords: Historia Pública – Dictadura – YouTube.

Introdução

Este artigo é resultado de uma pesquisa realizada em cinco canais de História inscritos na plataforma de compartilhamento de vídeos YouTube, que disponibilizam vídeos sobre a história da Ditadura civil-militar no Brasil. São eles: 1) Canal Débora Aladim, 2) Canal Se Liga Nessa História, 3) Canal Vamos Falar de História?, 4) Canal Parabólica e 5) Canal Historizando com a Tat.

O YouTube é um site de entretenimento criado em 2005, que permite aos usuários inscreverem suas produções, criarem listas de reprodução e comentarem os materiais produzidos ou veiculados por outros usuários. Segundo Burgess e Green (2009 apud BISPO e BARROS, 2016), o YouTube é “o maior aglutinador de mídia da internet no início do século 21”, conhecido como um produto da chamada “ágora virtual”. Um ambiente virtual onde os usuários podem estabelecer diálogos com seus interlocutores, seja visando a promoção pessoal ou a divulgação de propagandas e conteúdos de entretenimento. Porém, há usuários que se distinguem por pretenderem ensinar, instruir e formar a partir da oferta de videoaulas sobre os temas mais variados. A ideia da pesquisa surgiu da observação do uso massivo que se faz da ferramenta na atualidade, especialmente em contexto escolar, e da possibilidade de observar as interações que os interlocutores dos canais fazem com os conteúdos postados por meio de comentários, como indícios de sua recepção. Nesta medida, é possível reconhecer não só os usos que se faz dessa história, mas também como as pessoas se relacionam com ela. Recentemente o Brasil passou por uma campanha eleitoral muito polarizada, que fez uso massivo de ferramentas midiáticas e tecnologias da comunicação, trazendo à tona diferentes memórias sobre a Ditadura.

Em casos mais extremos, essas memórias revelaram o anseio por uma nova intervenção militar no país¹. Com isso, surgiram muitos questionamentos sobre a origem das informações veiculadas e sobre a forma como os jovens - e a sociedade como um todo - se posicionam neste debate. Por isso, acredita-se que investigar como essa história circula nos meios digitais pode oferecer indícios de como jovens se formam e se informam sobre esse passado, abrindo portas para novos estudos sobre a temática.

Os canais escolhidos se destacam como produções de jovens professores de História, chamados de *professores youtubers* (QUEIROGA JUNIOR, 2018), direcionados também a jovens, em sua maioria estudantes em situação escolar, que se preparam para provas, concursos e exames de larga escala, como vestibulares e o Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM².

O processo de escolha desses canais não foi fácil, face às muitas variáveis possíveis nesta seleção. Além disso, são muitos os canais que tratam de conteúdos de História no YouTube, mesmo que não sejam propriamente canais de História ou tenham sido produzidos por profissionais com formação na área. Por isso, estabeleceu-se como critério a prevalência em indicações de sites direcionados a estudantes, que destacam listas dos canais mais recomendados para o estudo da História pelo YouTube³, por meio das quais se constata sua relevância para outros estudantes e a amplitude da circulação das informações neles apresentados.

¹Sobre os anseios de uma nova intervenção militar, confira SENRA (2018).

²O Exame Nacional do Ensino Médio é uma prova, criada em 1998 pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) do Brasil, para avaliar o nível de aprendizado dos alunos que concluíram o nível médio de ensino no país. Atualmente, a nota do ENEM também é usada para o ingresso em universidades públicas do país e para a obtenção de financiamento em faculdades particulares. O Exame Nacional do Ensino Médio é uma prova, criada em 1998 pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) do Brasil, para avaliar o nível de aprendizado dos alunos que concluíram o nível médio de ensino no país. Atualmente, a nota do ENEM também é usada para o ingresso em universidades públicas do país e para a obtenção de financiamento em faculdades particulares.

³Os sites utilizados para a seleção dos canais analisados foram: *Catraca Livre* - “7 Canais no youtube que ensinam historia sem te deixar com sono” (2017); *Universia* - “Conheça canais no YouTube para aprender História” (2018); e o vídeo “5 Melhores canais de História (Usei, e passei em medicina)”, postado por Gregory Nobre em 2017, todos referenciados na bibliografia ao final do artigo.

A partir daí, selecionou-se os canais que tratassem prioritariamente de temas relacionados à História, que fossem gerenciados por pessoas que se apresentam como professores de História e que abordassem a temática da Ditadura civil-militar no Brasil nas videoaulas postadas, totalizando os cinco canais mencionados anteriormente.

Neste trabalho assume-se a premissa de que analisar as histórias que circulam nesses canais é uma forma de reconhecer os usos públicos que jovens que não vivenciaram o período - estudantes e professores - fazem dessa história e de adentrar no universo do que já se chama de *história pública digital* (NOIRET, 2015), referindo-se às formas públicas de conhecimento do passado que a internet oferece. Para Noiret (2015), os ambientes digitais remodelaram a documentação do historiador e os instrumentos usados para seu acesso, sem que esses instrumentos fossem devidamente questionados pelos historiadores, sobretudo em ambientes acadêmicos. Para o autor, é preciso construir uma história pública digital que seja capaz de fazer frente e de mediar de modo crítico a manifestação incessante das memórias privadas:

Educadores e historiadores públicos têm o dever de interpretar criticamente a narrativa falsamente “objetivante”. E não apenas a narrativa da historiografia celebrativa nacional mencionada acima, mas, sobretudo, aquela virtual e viral mais insidiosa, que promove memórias coletivas alternativas a assim chamada história “oficial”, e retoma - ou inventa por inteiro - novas “legendas nacionais”. Exatamente como acontece com a paródia europeia de Wikipédia, a Metapédia, com suas narrativas nacionalistas, racistas e revisionistas, e a sua vontade de plasmar a “linguagem” pública e acadêmica europeia para descobrir “verdadeiros” passados e memórias coletivas nacionais (NOIRET, 2015, p. 40).

Nesta perspectiva, as questões que balizaram as análises propostas neste trabalho foram:

- . Quais narrativas sobre a ditadura civil-militar circulam nesses canais?
- . Quais usos os organizadores dos canais propõem sobre esse passado recente?

- . O que essas narrativas priorizam da história do período?
- . Como relacionam essa história com o presente? Há uma aproximação com a vida e o cotidiano de seus interlocutores?
- . Quais são os marcos temporais e sujeitos históricos citados ao abordarem a temática?
- . Quais são os recursos didáticos mobilizados na produção e apresentação dos vídeos?
- . Quais são os perfis profissionais dos professores autores dos vídeos?
- . Como abordam a violação dos direitos humanos?
- . Quantos frisam a participação dos civis nessa história?
- . Quais referências os organizadores dos canais utilizam e recomendam para seus interlocutores?

Tais questionamentos serviram de referência para as análises produzidas sobre as videoaulas postadas nos canais acima relacionados, cuja metodologia envolveu: a) a observação dos conteúdos mobilizados; b) um estudo do perfil de seus autores; c) a observação dos recursos didáticos utilizados; e d) os usos e interpretações que se pode fazer desses vídeos, como manifestação de uma *história pública*. Nesta medida, os referenciais teóricos mobilizados nas reflexões produzidas estão relacionados aos conceitos de cultura digital e história pública.

Cultura Digital e História Pública

A cultura digital, também chamada de “cibercultura”, ainda não possui uma definição consensuada, fazendo com que seja necessário sempre retornar ao significado do que é a cultura para explorar o universo da cultura digital. Muitas pesquisas já foram realizadas na tentativa de identificar as relações entre sociedade e tecnologia, destacando a emergência do ciberespaço, da virtualização do saber e a interatividade com distintas mídias.

4 Para aprofundar as reflexões sobre essa temática confira Pierre Lévy (2009) e Manuel Castells (2003).

Todas elas concluem que já estamos plenamente em uma sociedade digital e que precisamos reexaminar tudo o que sabíamos sobre o funcionamento da sociedade já que estamos em outro contexto.

Para este trabalho interessa refletir sobre como os recursos digitais abrem perspectivas para novas formas de acesso ao conhecimento, com a promessa de promover uma educação digital voltada para uma geração também digital e que, em tese, não conseguiria mais se adequar às formas tradicionais de ensino presentes na maioria das escolas. Nesse sentido, já é possível afirmar que a educação virou um produto na cultura digital, resultado em evidência com a expansão dos cursos de Ensino à Distância - EAD, com previsão de implantação inclusive para o ensino fundamental e médio no Brasil⁵. Nesse segmento, os jovens são conquistados pela forma de atuação dos chamados *professores youtubers* (QUEIROGA JUNIOR, 2018), pelo suporte, linguagem e recursos didáticos utilizados em suas videoaulas. Em geral, são jovens professores com milhares ou milhões de visualizações, que a cada dia estão conquistando mais e mais jovens pela objetividade e capacidade de síntese dos conteúdos produzidos. Com isso, a internet virou uma espécie de portal de visibilidade, pelo grande número de acessos aos materiais postados, oferecendo inclusive grandes possibilidades de conquistas financeiras com a divulgação e venda de cursos online, apostilas, camisetas e canecas customizadas, associados aos materiais divulgados.

Assim, muitos professores recém-formados ou em formação estão preferindo as plataformas digitais às salas de aula “tradicionais” e se especializando na produção de videoaulas.

A isso se somam as reclamações sobre indisciplina e falta de respeito aos professores nas escolas e a falta de emprego e de reconhecimento profissional e salarial que permeiam a inserção profissional de um jovem professor. Nesse contexto, alguns *professores youtubers* ganharam tanta notoriedade que chegaram a fazer fortuna com seus jovens interlocutores, que consomem os produtos veiculados nos seus canais, tornando esses professores verdadeiras celebridades ou *digital influencers*⁶. De acordo com a matéria “Quem são os professores youtubers?” produzida pelo Canal Futura (2017), os jovens preferem estudar pelo YouTube porque as aulas na internet seriam mais divertidas, dinâmicas e criativas. Além disso, os estudantes gostam de escolher quando, onde e com qual professor vão estudar. Para os jovens citados na matéria, os *professores youtubers* não são aqueles professores tradicionais que foram atuar no ambiente da web, mas indivíduos que representam a identidade jovem, aspecto relacionado mais aos seus comportamentos e vocabulário desses professores, do que as suas idades biológicas.

No que se refere ao ensino de História, prometido por esses *professores youtubers*, os conteúdos mobilizados destacam-se como uma espécie de “história pública”, que circula não apenas em salas de aula, mas também em meios de comunicação de massa, nem sempre destinados para este fim, ainda que seja priorizado um uso escolar desses conteúdos no YouTube. Para Jurandir Malerba (2017, p. 141-142), essa publicização da História contribui para pensar sobre a autoridade dos discursos, que subtraem dos historiadores profissionais o monopólio sobre o passado e subvertem as bases da produção e circulação das narrativas sobre o passado:

4 Para aprofundar as reflexões sobre essa temática confira Pierre Lévy (2009) e Manuel Castells (2003).

6 Sobre o sucesso dos chamados professores youtubers confira Julio (2018) e Czelusniak (2016).

5 Conforme proposta de campanha de 2018 do atual governo federal deverá ser estudada uma forma de ensino EAD até mesmo para ensino fundamental. No ano de 2017, resolução aprovada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) prevê a possibilidade de que até 20% da carga horária do ensino médio seja ofertada à distância EAD e que no ensino médio noturno poderia chegar a 30%.

A história é “pública” porque sua produção saiu da tutela acadêmica e passou a ser largamente praticada, produzida por leigos, amadores, diletantes? Ou ela é pública pela dimensão da audiência que é capaz de atingir – e que cresceu exponencialmente nas últimas três décadas? Tanto uma coisa quanto a outra – a alteração do perfil do produtor de história e a expansão vertiginosa do seu público consumidor – se explicam em grande parte pelo surgimento de novas mídias, particularmente a internet (MALERBA, 2017, p. 141).

É importante salientar as relações dessa chamada “história pública” com as demandas sociais por temas sensíveis e controversos, como a escravidão, o nazismo, o fascismo e as ditaduras civil-militares. Beatriz Sarlo (2007), referindo-se ao caso argentino, aponta que a história pública ou de circulação massiva tende a ser mais sensível às demandas de resgate do passado, já que se orienta em função dos interesses de seu público. A autora destaca o conflito de autoridade na disputa entre os consumidores de história, em um mercado no qual os historiadores acadêmicos estão perdendo espaço, principalmente pela linguagem e métodos utilizados, além do apego às restrições formais e institucionais, que fazem com que suas narrativas estejam mais preocupadas com regras internas do que com a busca de circulação externa. Nesta medida a autora aponta que o sucesso, quando alcançado por historiadores acadêmicos, chega a gerar certa desconfiança entre seus pares. Autores e mídias de grande circulação, em contrapartida, reconhecem na repercussão pública do mercado a sua legitimidade (SARLO, 2007. p.12-15).

História e Ensino de História da Ditadura no Brasil

A Ditadura civil-militar no Brasil inicia com um golpe de estado em 1964, orquestrado por grupos militares, empresas, setores organizados da sociedade civil e com a participação do governo dos Estados Unidos, culminando com a deposição do então presidente João Goulart.

O regime ditatorial instaurado no país manteve-se no poder por 21 anos (1964-1985) - caso se considere o ano de 1985 e a posse de José Sarney como marcos democráticos no processo de transição política (BAUER, 2015). Tais acontecimentos estão vinculados ao contexto de sucessivos golpes instaurados na região do Cone Sul, que tinham em comum a adesão à chamada “Doutrina de Segurança Nacional” (DNS), o controle das Forças Armadas sobre os cargos políticos e a implementação de um “terrorismo de Estado” pela violenta repressão e graves violações dos direitos humanos contra pessoas consideradas subversivas⁷. O processo de transição para a democracia foi marcado pelos próprios militares após a revogação parcial das medidas de exceção, da concessão de anistia política *ampla e irrestrita* a todos os que tivessem cometido crimes políticos - incluindo os militares e agentes do Estado, da realização de reforma partidária e de uma longa campanha por eleições diretas.

Para Caroline da Silveira Bauer (2011), a forma como se efetivou a transição democrática no Brasil teve grande influência na elaboração das políticas de memória e esquecimento que se seguiram. Segundo a autora, com a implementação da anistia ampla e irrestrita, a elaboração de qualquer política de memória referente ao passado era interpretada como “revanchismo” e assim consolidou-se a ideia de que a melhor política sobre o passado era aquela que não existia. Isso teve impactos diretos na forma como essa história tem sido ensinada em contexto escolar, e também fora dele. Segundo Juliana Balestra (2015), no Brasil ainda persiste a ideia de que não cabe à História ou ao seu ensino tomar partido nas disputas sobre a construção de memórias e se perpetua a estratégia de não ensinar a história mais recente, tanto nas escolas quanto nas universidades.

7 Para aprofundar as reflexões sobre a história da ditadura civil-militar no Brasil confira os trabalhos de Caroline da Silveira Bauer (2011), Carlos Fico (2004), Marcos Napolitano (2014) e Maria Celina D'Araújo et al (1994).

USOS PÚBLICOS DO PASSADO: OS JOVENS E A DITADURA NOS CANAIS DE HISTÓRIA DO YOUTUBE

JEAN APARECIDO PRESSE E JULIANA PIROLA DA CONCEIÇÃO BALESTRA

O principal argumento é de que essa história ainda não foi escrita e, portanto, não pode ser ensinada. Além disso, o seu ensino poderia gerar certos constrangimentos, porque muitos dos protagonistas desse passado ainda estão vivos e ativos na arena política e social - como os últimos presidentes eleitos do Brasil, a saber Dilma Rousseff e Jair Bolsonaro, mesmo que representantes de grupos antagônicos. Com isso, a História e o seu ensino passaram muito tempo afastados de questões polêmicas e se focaram em temas consagrados, de preferência bem distantes no tempo e no espaço.

De acordo com Balestra (2015), a história da Ditadura passou a integrar as diretrizes curriculares nacionais do Brasil apenas em 1997 8, com a promulgação dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental (PCN) 9, no qual se recomenda o estudo do conteúdo no subitem “Cidadania e cultura no mundo contemporâneo”, correspondente ao quarto ciclo:

Problemáticas pertinentes à questão da cidadania na História:

[...] Constituições e as mudanças nos direitos e deveres dos cidadãos, as ditaduras e a supressão de direitos políticos e civis (Estado Novo e governo militar após 1964), experiência liberal democrática de 1945-1964, o conceito de cidadania hoje no Brasil e a percepção da condição de cidadão pela população brasileira, as desigualdades econômicas e sociais e as aspirações de direitos pela população brasileira hoje (BRASIL, MEC/SEF, 1998, p. 70. Grifo nosso).

De acordo com o documento, o objetivo é “sensibilizar os alunos para os estudos do passado e suas relações com questões atuais” (BRASIL, MEC/SEF, 1998, p. 68).

Nas diretrizes curriculares para o Ensino Médio - DCNEM (1998) / PCNEM (2000) / PCN + (2002) / DCNEM (2012) - a discussão fica em torno do desenvolvimento de “competências” e de “conceitos estruturadores” e em nenhum momento se faz qualquer referência ao estudo da história das ditaduras, nem mesmo na definição de temas e subtemas para o ensino de história propostos pelo PCN+.

As propostas são inovadoras, mas nem os PCNs, nem a abordagem da história por eixos temáticos ou o ensino por competências chegaram a ser de fato apropriados pelos professores de história do país. Além disso, o excesso de conteúdos propostos e o apego aos conteúdos mais tradicionais tornam difícil a opção dos professores por temáticas mais “recentes”. Ainda assim, muitas das orientações do documento se fazem presentes na formulação de materiais didáticos e instrumentos de avaliação educativa de abrangência nacional, como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) (BALESTRA, 2015, p. 77).

Nos livros didáticos, segundo Balestra (2015), essa história costuma aparecer em três momentos específicos: no 5º e 9º ano do Ensino Fundamental e no 3º ano do Ensino Médio, que são exatamente os anos de “conclusão”, devido à abordagem cronológica adotada na maioria dos programas de ensino do país.

No 3º ano, às vezes, a abordagem é um pouco maior, porque existe a pressão do vestibular e as ditaduras, já há alguns anos, se tornou tema recorrente dos vestibulares e do ENEM. Com isso, passa a existir uma pressão imediata no Ensino Médio, que é utilitária. A terminologia frequentemente utilizada nesses livros é “regime militar pós-64”, que não caracteriza nem se posiciona criticamente em relação ao período, e também não discute a participação dos civis no processo, assim como “ditadura militar” / “golpe militar”, e não “civil-militar” (BALESTRA, 2015, p. 77).

8 Cabe considerar que mesmo que a temática não figurasse entre os documentos curriculares durante ou imediatamente depois do regime ditatorial, isso não significa que ela não fosse abordada ou discutida nos espaços educativos. Em muitos casos, as resistências à censura vinham de dentro, por iniciativa dos próprios professores que primavam pela reflexão sobre os acontecimentos políticos do presente em suas aulas, mesmo que as condições não fossem favoráveis para isso (BALESTRA, 2015).

9 Os PCN para o Ensino Fundamental estão organizados em quatro ciclos, sendo que cada ciclo corresponde a dois anos de escolaridade. O quarto ciclo corresponderia ao período compreendido da 7ª a 8ª série, hoje 8º ao 9º ano.

7 Para aprofundar as reflexões sobre a história da ditadura civil-militar no Brasil confira os trabalhos de Caroline da Silveira Bauer (2011), Carlos Fico (2004), Marcos Napolitano (2014) e Maria Celina D’Araújo et al (1994).

De acordo com Rocha (2015), na narrativa predominante dos livros destinados ao Ensino Fundamental existe uma sequência que se inicia nos antecedentes do golpe com a crise do governo João Goulart, que teria *provocado* o golpe de Estado; se desenvolve com os diferentes momentos do período ditatorial, destacando-se os gerais do período e suas realizações, especialmente no que se refere aos atos institucionais que contribuíram para a manutenção do regime de exceção; e termina com a posse de Tancredo Neves, em 1985, eleito de forma indireta depois do movimento popular das “Diretas Já”. Segundo a autora, algumas coleções se valem de uma categorização criada na produção historiográfica nacional e baseada na ciência política, que relaciona os militares e, por conseguinte, os presidentes, a duas tendências dentro do pensamento militar da época: a linha moderada, mais intelectualizada; e a linha dura, que seria a principal responsável pela face violenta da ditadura. Outras subdividem o período em seu momento inicial, os “Anos de Chumbo” e do “Milagre Econômico”, e a “Abertura democrática”, que algumas vezes é deslocada para o capítulo relativo à redemocratização ou “Nova República”. Mas, de acordo com a autora, a citação excessiva de nomes de pessoas e instituições que não fazem parte do cotidiano ou vocabulário dos jovens, sem a devida contextualização, pode dificultar a compreensão do período.

Nas universidades brasileiras, a formação de professores de História, em geral, também não prioriza o trabalho com esta história nem o preparo para o seu ensino em contexto escolar, o que pode ser observado na prevalência dos recortes temporais associados aos currículos dos cursos de História - Antiga, Medieval e Contemporânea - nos quais a história da Ditadura tende a ser trabalhada, juntamente com outros

temas e conteúdos, em um único semestre na disciplina de “História Brasil Contemporâneo” ou “História do Brasil II”. Destacam-se raras exceções, como no caso da UNILA, em que o ensino do conteúdo está presente na formação de professores de História nas disciplinas de “Revoluções, Ditaduras e Democracia na América Latina” e “Ensino de História e Ditaduras”. Ainda assim, o interesse pela temática é crescente, como indica o número de teses e dissertações publicadas sobre o tema. De 2010 a 2018, foram disponibilizados no Banco de Teses e Dissertações da CAPES 2.528 trabalhos sobre o tema. Em levantamento anterior, Fico (2004) havia contabilizado 214 teses e dissertações sobre o tema, no período entre 1971 e 2000. Trata-se de um movimento de incorporação pelos profissionais da História de temas antes teorizados predominantemente por cientistas políticos e sociólogos ou narrados pelos próprios participantes do processo. A isso se soma a existência de uma demanda social e política sobre o tema que tem contribuído para expandir as abordagens sobre a temática nos meios digitais, abrindo novas perspectivas sobre os estudos já realizados, que se voltam não só para identificar o que aconteceu, mas para refletir sobre como nos relacionamos com esse passado e quais são as demandas que ele provoca no presente.

O reflexo desse movimento se observou na publicação da versão final da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento curricular mais importante do país, homologado em 2018 com a inclusão da etapa do Ensino Médio, no qual a história da Ditadura é prescrita para ser ensinada de forma ampliada, mas apenas no 9º ano do Ensino Fundamental, a partir de “objetos de conhecimento” e “habilidades”:

USOS PÚBLICOS DO PASSADO: OS JOVENS E A DITADURA NOS CANAIS DE HISTÓRIA DO YOUTUBE

JEAN APARECIDO PRESSE E JULIANA PIROLA DA CONCEIÇÃO BALESTRA

. A ditadura civil-militar e os processos de resistência (EF09HI19) Identificar e compreender o processo que resultou na ditadura civil-militar no Brasil e discutir a emergência de questões relacionadas à memória e à justiça sobre os casos de violação dos direitos humanos. (EF09HI20) Discutir os processos de resistência e as propostas de reorganização da sociedade brasileira durante a ditadura civil-militar.

. As questões indígena e negra e a ditadura (EF09HI21) Identificar e relacionar as demandas indígenas e quilombolas como forma de contestação ao modelo desenvolvimentista da ditadura.

. O processo de redemocratização (EF09HI22) Discutir o papel da mobilização da sociedade brasileira do final do período ditatorial até a Constituição de 1988.

. As experiências ditatoriais na América Latina(EF09HI29) Descrever e analisar as experiências ditatoriais na América Latina, seus procedimentos e vínculos com o poder, em nível nacional e internacional, e a atuação de movimentos de contestação às ditaduras.

(EF09HI30) Comparar as características dos regimes ditatoriais latino-americanos, com especial atenção para a censura política, a opressão e o uso da força, bem como para as reformas econômicas e sociais e seus impactos. (BRASIL, MEC, 2018. p. 430-433).

Tais elementos deixam claro o esforço atual pela incorporação da temática no ensino escolar, priorizando não só o estudo de elementos factuais, mas também a emergência de questões relacionadas à memória, à justiça e à compreensão do contexto regional latino-americano.

A Ditadura nos Canais de História do Youtube

Como dito inicialmente, para esta pesquisa foram selecionados cinco canais de História inscritos na plataforma *YouTube*, que disponibilizam videoaulas sobre a ditadura civil-militar no Brasil. São eles: 1) Canal Débora Aladim, 2) Canal Se Liga Nessa História, 3) Canal Vamos Falar de História?, 4) Canal Parabólica e 5) Canal Historizando com a Tat.

Figura 1 - Canais de História selecionados para a pesquisa

Canais de História selecionado na pesquisa no YouTube				
Item	Nome Canal	Inscrições	Visualizações	Inscrição no YouTube
1	Débora Aladim	1.754.563	71.835.720	09.03.2013
2	Se Liga Nessa História	857.072	32.106.051	03.11.2014
3	Vamos falar de História?	411.849	25.003.403	12.09.2013
4	Parabólica	145.916	7.011.241	26.01.2015
5	Historizando	42.842	1.634.008	05.03.2015

Fonte: o Autor

O canal **DÉBORA ALADIM** tinha 1,7 milhões de inscritos no momento de realização da pesquisa e é gerenciada pela estudante Débora Aladim, de 21 anos, que cursa a faculdade de História na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) desde 2016. Em seu canal Débora informa que começou a fazer videoaulas em 2013, aos 15 anos de idade, para ajudar seus colegas da escola. Os vídeos do canal atual se destacam pelo formato diferenciado de *vlogs* de viagens 10 e o uso de referências culturais para suporte no ensino. A estudante também atua em outras redes sociais e possui um site: <<https://www.deboraaladim.com.br/>>, onde vende cursos e apostilas preparatórios para o ENEM. Suas postagens se caracterizam como videoaulas de História e Redação, direcionados a adolescentes, jovens pré-vestibulandos e adultos que estudam para concursos e/ou ENEM. A estudante afirma ter criado um método inédito e eficaz para desenvolvimento de uma boa redação e por conta disso produziu aulas para o Ministério da Educação em 2016 e desenvolve trabalhos com grandes “marcas” da educação, produzindo materiais voltados ao mercado educacional.

Figura 2 - Tela do Canal Débora Aladim e indicação do vídeo analisado



10 “Vlog” é a abreviação de “videoblog” (vídeo + blog), um tipo de blog em que os conteúdos predominantes são os vídeos. A grande diferença entre um vlog e um blog está no formato da publicação: ao invés de publicar textos e imagens, o vlogger ou “vlogueiro”, faz vídeos sobre os assuntos que deseja.

Neste canal, o vídeo analisado recebe o título de **Resumo de História: Ditadura militar**, publicado em 07.09.2015 e com duração de 24:15min. Em agosto de 2018 o vídeo já contava com 794.090 visualizações e a ferramenta comentários estava desativada para seus interlocutores. Os recursos audiovisuais utilizados no vídeo são de uma produção feita em formato de *vlog*, sem utilização de ilustrações e sem geração de caracteres, tendo como cenário seu próprio quarto. Débora começa o vídeo de forma bem descontraída seguindo seu roteiro escrito em um caderno universitário, folheado ao longo da narrativa. Segundo ela, o presidente Jango, com suas medidas de esquerda, foi mal visto, sendo associado a um comunista. Isso fez com que de 31.03 a 01.04.1964 os militares tomassem o poder. Na ocasião do Golpe, o presidente Jango não reagiu e deixou que os militares assumissem o poder. Na sequência, Débora descreve os Atos Institucionais, informando que o AI-1 estabelecia eleições indiretas para presidente e cassação de mandatos e reforço do poder executivo. Menciona que os atos institucionais mais importantes foram o AI-2 e AI-5, sendo que o AI-2 estabelecia o bipartidarismo entre ARENA e MDB (a oposição aos militares seria uma falsa oposição); o AI-3 definia eleições indiretas para governadores e o AI-4 a convocação da Constituição.

De acordo com Débora, em função da crise econômica no período do golpe militar tomaram-se medidas que não agradaram muito a população, pois cortou-se gastos públicos, aumentou-se impostos e promoveu-se um arrocho salarial, tudo para favorecer mais tarde o período chamado de “milagre econômico”. Cresceram os protestos nas ruas contra o regime militar durante o governo de Arthur da Costa e Silva, incluindo movimentos de artistas como Chico Buarque, Caetano Veloso, Gilberto Gil e outros, que utilizavam a música, o teatro e os eventos culturais como uma forma de protestos.

A morte do estudante Edson Luiz se tornou símbolo dos protestos, mesmo que, segundo Débora, ele não estivesse relacionado aos protestos. Nesse governo foi criado o mais importante dos Atos Institucionais - o AI-5, que aumentava o poder executivo, limitava as liberdades individuais e suspendia o *habeas corpus*. Com isso, o regime passava a ter o controle de tudo e fazia uso da censura. Como exemplo, indica-se que foi suprimida a necessidade do *habeas corpus* e que com isso passou a ser permitida a prisão de qualquer pessoa dentro da lei. Sobre as resistências, afirma-se que as guerrilhas usavam muita violência, mas fazia sentido existir um movimento de oposição, mesmo que praticassem roubos bancos para manterem seus “soldadinhos” realizando sequestros e que, às vezes, esses movimentos também matavam pessoas.

Débora também faz referência a políticos que ainda hoje estão presentes no cenário político, como a Dilma Rousseff e José Dirceu, e comenta que este último era considerado “um gatinho” para as meninas de esquerda. Na sequência, aponta-se a ocorrência de um golpe dentro do golpe, quando o vice Pedro Aleixo deveria assumir o governo, mas por não ser militar colocaram o Médici. Também se destaca que no “milagre econômico” de 1968 a 1973 o PIB cresceu muito e menciona-se o momento de chegada dos eletrodomésticos no Brasil, bem como a construção de grandes obras como a Ponte Rio-Niterói e a Rodovia Transamazônica. Destaca-se o período de muitas campanhas feitas para promover o ufanismo nos brasileiros, inclusive quando o Brasil ganhou a Copa de 1970. Em seguida, Débora passa a abordar o período de transição para a democracia. Sobre o governo Ernesto Geisel, menciona-se que a economia estava em recessão no Brasil e que isso gerou uma crise com inflação alta.

No entanto, os militares, percebendo que a ditadura iria acabar, traçaram planos para a mudança ocorrer de forma lenta e gradual. Cita-se o caso Vladimir Herzog e comenta-se sobre a fraude da fotografia de sua morte para indicar que teria sido suicídio e, em seguida, aponta-se a revogação do AI-5 e aborda-se o governo João Batista Figueiredo. Destaca-se que a Lei da Anistia beneficiou os militares e os opositores do regime e concedeu perdão a opositores e torturadores, negando justiça aos desaparecidos e deixando os torturadores sem punição. Na sequência, indica-se a divisão do MDB em vários partidos e o surgimento do movimento das “Diretas Já!”, em 1983, para aprovação da Emenda “Dante de Oliveira”, que previa eleições diretas para presidente, mas não foi aprovada pois a maioria dos políticos eram do partido ARENA. Por fim, menciona-se a eleição do presidente Tancredo Neves de forma indireta e os desdobramentos da sua morte, a partir da qual assumiu José Sarney, o primeiro presidente do processo de redemocratização. Ao finalizar, Débora comenta que o assunto é muito difícil e que espera que as pessoas gostem.

O canal **SE LIGA NESSA HISTÓRIA**, inscrito no YouTube desde 03.11.2014, tinha 857 mil inscritos no momento da pesquisa e é apresentado pelo professor de História Walter Solla Júnior, de 26 anos, com a produção de Ary Neto. Walter é bacharel em História pela Universidade de São Paulo (USP - 2007-2011). O canal é voltado para o ENEM e apresenta abordagens bem-humoradas e rápidas sobre os conteúdos de História, Geografia, Sociologia e Filosofia. Para alguns temas, conta-se com a participação de outros professores na apresentação dos vídeos do canal. Walter também possui um site no qual vende pacotes de cursos preparatórios para o ENEM: <<https://seliganessahistoria.com.br/>>.

Figura 3 - Tela do Canal Se Liga Nessa História e indicação do vídeo analisado



O vídeo selecionado foi o **Caiu no ENEM #69: Regime Militar (Questão 19 da Prova Azul de 2015)**, publicado em 16.12.2015 com duração de 3:02min. e 10.958 visualizações em agosto de 2018. Com a ferramenta de comentários ativa, o vídeo registrava 18 comentários. Os recursos audiovisuais utilizados no vídeo são de uma produção com ambiente de estúdio de fundo branco, na qual se evidencia a expressão corporal do professor durante a resolução da questão, e apresenta-se a imagem da charge que caiu numa questão do ENEM 2015 com as alternativas. No vídeo o professor apresenta informações sobre ditadura militar e ensina a fazer a leitura de uma charge. Nesse sentido, faz reflexões sobre as posturas contraditórias em relação aos discursos da ditadura, como uso da violência contra as pessoas para prover sua própria segurança; apresenta qual é a alternativa correta da questão e as demais alternativas propostas; e finaliza o vídeo com a indicação de uma lista de outras questões resolvidas do ENEM. Os comentários mais recentes registrados no vídeo são de agradecimentos e elogios ao professor, além de afirmações sobre como o canal ajuda muito nos estudos - somavam 7 os registros com esse enfoque. Um comentário em especial chama à atenção: um usuário que se autodenomina como “Bonitão Nazista” lembra “o pessoal” de “deixar aquele like histórico” ao professor, pois os conteúdos ali registrados no canal ajudam muito no ENEM.

USOS PÚBLICOS DO PASSADO: OS JOVENS E A DITADURA NOS CANAIS DE HISTÓRIA DO YOUTUBE

JEAN APARECIDO PRESSE E JULIANA PIROLA DA CONCEIÇÃO BALESTRA

O canal **VAMOS FALAR DE HISTÓRIA?**, inscrito no *YouTube* desde 12.09.2013, contava com 411 mil inscritos no momento da pesquisa e é apresentado por Felipe Dideus, de 25 anos, que estudou História por apenas 06 meses na Universidade de Taubaté. Os conteúdos do canal são divididos em *playlists* de acordo com os seguintes temas: Mitologias, História Geral, Poder Militar e História do Brasil. O coordenador do canal também possui um site onde vende produtos customizados com temas da História: <<https://www.vamosfalardehistoriastore.com.br/produtos>>.

Figura 4: Tela do Canal Vamos falar de História e indicação do vídeo analisado.



O vídeo selecionado foi Ditadura Militar Brasileira, publicado em 16.01.2015 e com duração de 12:17min. Em agosto de 2018 o vídeo possuía 96.670 visualizações e, com a ferramenta de comentários ativa, registrava 942 comentários. Os recursos audiovisuais são bastante explorados na produção do vídeo, no qual se observa a utilização de legendas, trilha sonora na mudança de conteúdos e uso da impoção vocal na apresentação das narrativas.

Felipe Dideus inicia com a afirmação de que em 01.04.1964 ocorreu um golpe que deu início ao período da ditadura militar no Brasil.

Segundo ele, o golpe teve apoio de setores da política e dos civis e os militares não pretendiam entregar o poder. Sobre o modo de governar dos militares, destaca-se o uso de Atos Institucionais - AI-1, AI-2, AI-3, AI-4 e AI-5 - e que em 15.03.1967 o general Humberto de Alencar Castelo Branco foi substituído pelo general Arthur da Costa e Silva, considerado de linha dura do regime. Sobre os movimentos de resistência, destaca-se que a oposição existente desde o início do regime militar cresceu muito no decorrer dos anos e estava presente em vários segmentos da sociedade como professores, políticos e estudantes, mas o regime militar ainda tinha apoio de muitos setores da sociedade civil. No entanto, o vídeo ressalta que em 1968 a participação da classe média aumenta nas questões políticas e durante esse ano ocorrem greves e movimentos contra a ditadura nos quais muitos estudantes foram mortos. Na sequência, indica-se que em 30.10.1969 o general Emílio Garrastazu Médici assumiu a presidência da República e que o período de Médici foi marcado como o de maior repressão política no Brasil, no qual havia uma censura prévia que calou os meios de comunicação e afetou diretamente as manifestações artísticas no teatro, na música e a na literatura. Os banimentos viraram regra, muitos deixaram o país e o Brasil passou a ter a pena de morte legalizada. Como efeito, a resistência armada incrementou suas ações e passou a aparecer mais no cenário político, principalmente as figuras de Carlos Marighella e Carlos Lamarca, que se destacaram como dois importantes líderes da oposição do regime militar e tiveram a morte como fim. Sobre suas ações, destaca-se que entre os anos de 1969 e 1970 as organizações guerrilheiras começaram a realizar assaltos a bancos e sequestros de embaixadores para trocarem por presos políticos.

Além disso, também atuaram no campo sob a direção do Partido Comunista do Brasil (PC do B) e nessa perspectiva 70 pessoas foram para região do Rio Araguaia, no Pará, onde estabeleceram o movimento conhecido como “Guerrilha do Araguaia”. Para interromper esse processo, as forças armadas criaram várias operações que contaram com mais de 10 mil homens entre 1972 e 1975, vindo a exterminar a maior parte dos integrantes da guerrilha.

Felipe Dideus também aponta que na década de 1970 o regime militar perdeu o importante apoio da Igreja, mas, por outro lado, o Brasil deu o maior salto econômico de sua história, com o chamado “milagre econômico”, período no qual o governo procurou sustentar e ampliar o desenvolvimento e crescimento do país investindo milhões em infraestrutura e no Programa de Integração Social, com a criação de grandes obras como a Rodovia Transamazônica, a Ponte Rio-Niterói e a Usina Hidrelétrica de Itaipu. Destaca-se também a conquista do Brasil na Copa do Mundo de 1970 como um período de ufanismo e que, apesar do crescimento do PIB de 12% ao ano, ocorreu uma grande concentração de renda que gerou desigualdades entre as classes alta, média alta e baixa. É destacado, ainda, o aumento da dívida externa, que quase triplicou e manteve o país ainda mais dependente da economia internacional. Na sequência, a economia voltou a cair e a pressão dos movimentos por direitos humanos aumentou muito, fazendo com que o regime militar perdesse apoio.

Sobre a transição para a democracia, destaca-se que em 1974 começou o governo do general Ernesto Geisel, período no qual a ditadura militar brasileira estava cada vez mais próxima de seu fim. Nesse sentido, aponta-se que em 1976 inicia a mobilização para abertura política e redemocratização do país com a repercussão da morte do jornalista Vladimir Herzog e do operário

Manoel Fiel Filho, ocasião na qual o general Geisel teria tido medo de perder apoio no regime militar. Os movimentos pela anistia ganham cada vez mais espaço nas ruas e em junho de 1976 a moção foi aprovada pela 28ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência em Brasília. Aponta-se também que em março de 1977 uma passeata com mais de 5 mil estudantes marcou a reconstrução do movimento estudantil e popular, fazendo com que esse ano ficasse marcado pelo intenso conflito entre militares e civis, no qual muitos de ambos os lados ficaram gravemente feridos com bombas explodidas pelo país inteiro. Os jornalistas e bispos que não apoiaram o regime também foram capturados, torturados e mortos.

Segundo Felipe Dideus, o Brasil entrou em um caos e por pouco não entrou em uma guerra civil. Nesse sentido, destaca-se que em 1978 começou a greve dos metalúrgicos no ABC que se alastrou por São Paulo, Osasco e Campinas, com manifestações no mesmo ano onde foi promulgada a emenda Constitucional que revogou o AI-5 e muitos outros atos do regime militar. A nova lei de Segurança Nacional reduziu a pena dos presos políticos e suspendeu o banimento de várias pessoas. O general Ernesto Geisel, não suportando a pressão, passou o poder para o General João Batista de Oliveira Figueiredo. No final de 1978 os agentes do DOI-CODI invadiram a sede do Partido Comunista do Brasil e executaram dirigentes comunistas no episódio conhecido como “chacina da Lapa”. Os movimentos e greves se espalharam pelo Brasil inteiro. Em 22.08.1979 a Lei de Anistia foi aprovada e muitos políticos ganharam a liberdade, além das centenas de exilados que retornaram ao país.

O restabelecimento do pluripartidarismo e a economia em queda catalisaram as greves do ABC e a insatisfação popular enfraqueceu mais ainda a sustentação do regime militar.

Nesse período o presidente Figueiredo ficou muito doente e o poder foi transferido para as mãos do civil Aureliano Chaves durante três meses. O Brasil, sem condições de pagar os credores externos, recorreu ao FMI. Na sequência, destacou-se que a campanha por eleições diretas para presidente agitou o país inteiro, mas a emenda constitucional Dante de Oliveira não conseguiu a aprovação no congresso. O fim do regime militar, depois de anos de conquistas, conflitos e mortes, se tornava iminente. Com a morte do futuro presidente Tancredo Neves, José Sarney assumiu o governo e pôs fim no período da ditadura militar brasileira.

Os comentários mais recentes registrados no vídeo se destacam como interferências dos interlocutores nas narrativas feitas no decorrer do vídeo, como: “não fala ditadura”, “não existiu ditadura militar”, “aconselhando leitura biografia de Castelo Branco”, fazendo correções do roteiro e vários outros comentários de polarização política, além dos típicos elogios ao canal.

O **CANAL PARABÓLICA**, por sua vez, inscrito no YouTube desde 26.01.2015, contava com 122 mil inscritos no momento da pesquisa. O canal é apresentado por Pedro Rennó Moreira, de 36 anos, graduado em História pelo Centro Universitário Barão de Mauá (2004 - 2006), com especialização em História da Cultura e da Arte pela Universidade Federal de Minas Gerais (2009). O canal é direcionado a alunos e demais interessados em conteúdos para o ENEM. Assim como nos demais canais, Pedro participa de outras redes sociais como *Instagram*, *Twitter* e *Facebook*, mas não possui um site destinado à venda de produtos relacionados aos conteúdos do canal.

Figura 5: Tela do Canal Parabólica e indicação do vídeo analisado



O vídeo selecionado foi **Ditadura Militar para o ENEM (História do Brasil) Aula #17**, publicado em 28.09.2017 com duração de 59:51 min. e com 97.040 visualizações até agosto de 2018.

A ferramenta comentários do vídeo estava ativa e registrava 625 comentários. Os recursos audiovisuais utilizados envolvem a utilização de algumas ilustrações e geração de caracteres para chamar atenção dos temas no decorrer da exposição apresentada, tendo como cenário a sala de estar de uma residência. Na descrição do vídeo são indicadas as seguintes referências: FAUSTO, Boris - História Concisa do Brasil e GASPARI, Elio - A ditadura envergonhada.

Pedro Moreira inicia o vídeo com apontamentos sobre a complexidade do tema e deixa claro que são conteúdos voltados para o ENEM e que, portanto, o espaço para comentários não é indicado para manifestação de discursos de ódio e agressões. Na sequência, destacam-se os cinco presidentes que governaram durante a ditadura militar, de 1964 a 1985, vinculados a duas linhas ideológicas: a Sorbonne e a Castelista. Os militares da Sorbonne, mais intelectualizados, defendiam a rápida redemocratização, e os Castelistas, da chamada linha mais dura, eram mais repressores. Sobre Humberto Castelo Branco (1964 -1967) destaca-se que a União Nacional dos Estudantes (UNE) foi colocada na ilegalidade; a criação do Serviço Nacional de Inteligência (SNI), ligado à CIA, e do Comando de Caça aos Comunistas (CCC); e o governo por meio de Atos Institucionais (AIs), descritos no vídeo do AI-1 ao AI-5.

Sobre as resistências, destaca-se o surgimento do jornal “O Pasquim”, que fazia críticas ao regime militar em contrapartida ao jornal “Estado de São Paulo”, apoiador da Ditadura, e o uso de metáforas por diversos músicos para fazer críticas ao regime militar. Nesta perspectiva, afirma-se que o AI-5 era uma verdadeira afronta aos direitos humanos, assim como o uso de técnicas de torturas como,

por exemplo, a introdução de ratos na vagina das mulheres presas, o que também ocorria em outros países, como Argentina e Chile. Na sequência, destaca-se a morte do estudante Edson Luiz e a marcha dos 100 mil que marcaram o período. Além disso, aponta-se que o AI-5 gerou reações de oposição, como greves, manifestações e luta armada. Dentre elas destaca-se a greve geral de 1968, que “teve início em Minas Gerais, e não em São Paulo como muitos pensam” (sic). Aponta-se ainda os sequestros de diplomatas com a finalidade de fazer trocas por presos políticos e a Guerrilha do Araguaia, que teve influência de Cuba e foi duramente reprimida pelo regime militar, o que levou à morte de quase todos os envolvidos.

Sobre o governo Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), destaca-se a aplicação do AI-5 e o lançamento do “Milagre Econômico” por meio do então ministro Delfim Neto, que usava a seguinte metáfora: “Primeiro é preciso fazer crescer o bolo para depois dividi-lo”. Aponta-se também que nessa época o Brasil tinha muitas “obras faraônicas” (sic) em andamento, como a Ponte Rio-Niterói, a Hidrelétrica de Itaipu, a Usina de Angra I e a Rodovia Transamazônica, e que por isso pegou-se muitos empréstimos no exterior.

Essas obras grandiosas teriam sido realizadas para provar o crescimento do país durante o regime militar, o que posteriormente provocou consequências catastróficas para o Brasil, como o endividamento e a inflação que geraram o aumento das desigualdades sociais. De acordo com Pedro Moreira, a concentração da renda do milagre econômico ficou para poucos, ou seja, o “bolo” cresceu, mas não foi distribuído entre todos, e o declínio da economia fez o governo apelar para o ufanismo, com uma busca exagerada pelo patriotismo no jargão “Brasil ame-o ou deixe-o. Nesta época, destaca-se que na copa do mundo de futebol de 1970, realizada no México, o técnico da seleção brasileira, João Saldanha, foi demitido

após ser acusado de comunista, o que levou à contratação do técnico Zagallo, que frisava somente a questão futebolística”.

As narrativas da época apresentavam um Brasil que passava fome, mas que ganhou a copa do mundo. Em seguida, destaca-se a crise do petróleo de 1971 e um protesto contra o apoio dos Estados Unidos a Israel, que fez subir o preço do petróleo em mais de 400%, causando uma grave crise que afetou diretamente o Brasil e culminou com o programa Pró-álcool, como uma fonte alternativa de combustível.

Sobre o governo de Ernesto Geisel (1975-1979) – Linha Sorbonne, destaca-se o processo de término do regime militar, propondo-se uma redemocratização lenta, segura e gradual. Esta segurança estava relacionada ao ponto de vista dos militares, com devolução de apenas alguns direitos, como o fim do AI-5 e a redução das torturas. Assim, ocorreram algumas mudanças importantes no cenário político e o partido MDB conseguiu ocupar a maioria das cadeiras do Poder Legislativo. Em contrapartida, a Lei Falcão ampliou a censura e limitou a realização de propagandas políticas de crítica à ditadura.

Além disso, criou-se a figura dos senadores biônicos, indicados pelo Poder Executivo, para aumentar o controle do governo sobre a política no país. A esse respeito, Pedro Moreira comenta que os militares da linha dura não aceitaram a redemocratização e organizaram atentados, como o caso da explosão de um carro bomba no Rio Centro em 1981, justamente no Dia dos Trabalhadores.

Sobre o governo de João Batista Figueiredo (1980-1985) – Linha mais para Sorbonne, destaca-se o fim do AI-2, que marcou o retorno do multipartidarismo; a Lei de Anistia, que vigora até os dias atuais e promoveu o perdão aos condenados políticos da ditadura e aos torturadores, possibilitando o retorno dos exilados políticos ao país;

a Emenda Dante de Oliveira e o movimento Diretas Já!, que reuniu a sociedade civil como um todo para pressionar o congresso para restabelecer as eleições diretas para presidente; e a manifestação dos 500 mil, que reuniu trabalhadores, cantores como Fafá de Belém e políticos como Lula, Tancredo Neves e Ulysses Guimarães.

O congresso não aprovou a emenda e a eleição seguinte permaneceu indireta, com surgimento de duas candidaturas: Tancredo Neves – contra os militares, e Paulo Maluf – a favor dos militares. Na sequência, destaca-se o acordo entre Geisel e Tancredo Neves, no qual ficou acertado que não haveria revanchismo contra os militares após o fim da ditadura, que José Sarney seria o vice de Tancredo Neves e que os arquivos da ditadura não seriam abertos. A esse respeito, comenta-se que a criação da Comissão Nacional da Verdade com o objetivo de descobrir o paradeiro de 140 pessoas não busca a punição aos militares, mas simplesmente mostrar e registrar a afronta aos direitos humanos. Sobre José Sarney, comenta-se que ele era político desde 1958 e que o acordo para que ele fosse o vice de Tancredo visava a segurança dos militares, pois seria bom ter um vice que apoiava os militares.

Assim, a eleição de Tancredo Neves em 1985 foi realizada de forma indireta por um colégio eleitoral, que computou 480 votos para Tancredo contra 180 para Maluf. Na véspera da posse, Tancredo foi internado com uma possível diverticulite e faleceu alguns dias depois, o que deu origem a uma série de especulações sobre sua morte, como a possibilidade de que ele tivesse sido envenenado ou que havia levado um tiro em um elevador. Com isso, Sarney assumiu o posto de presidente como o primeiro político civil após a ditadura militar, dando origem a uma Nova República, vigente até os dias atuais.

Os comentários mais recentes registrados no vídeo destacam elogios e agradecimentos ao professor e a recomendação dos vídeos ali postados, porém, registram-se também alguns comentários irônicos que revelam polarização política, como mostram os seguintes exemplos:

“Existe professor de história que não seja de esquerda? Ou pelo menos neutro?”

“Professor relaxa o Lula acabou com as desigualdades sociais!”

“Brasileiro único povo que consegue defender ditadura sobre tortura e a exalta porque tem ódio à ideologias de oposição. dane-se se o que o comunismo fez, tanto ditaduras de extrema-direita quanto as esquerdistas andam lado a lado na degradação da cidadania e democracia, e defender um pra atacar o outro não faz de vocês diferentes”.

Tais comentários revelam o posicionamento político dos interlocutores dos vídeos e a polarização do debate público sobre essa história entre os jovens brasileiros. O primeiro expressa o anseio por uma abordagem “neutra” da história, possivelmente porque se incomodou com a simples citação de violações dos direitos humanos e o questionamento sobre o papel da Comissão Nacional da Verdade (CNV), que não visa a punição aos chamados “torturadores” pelo vídeo. Nesse sentido, apontar a existência de tortura e a impunidade dos crimes cometidos por agentes do Estado seria confundido com abordagem “de esquerda”. O segundo comentário ironiza o papel político do ex-presidente Lula, que não teria sido capaz de acabar com as desigualdades sociais do país da mesma forma que os militares citados no vídeo não fizeram.

O terceiro, apesar de demonstrar revolta com os comentários que enaltecem o período, revela a apropriação da chamada “teoria dos dois demônios”, que responsabiliza os militares e os militantes de oposição pela violência durante a Ditadura, em uma tentativa grosseira de equivaler as ações promovidas pelo Estado e pelos movimentos de resistência.

Por fim, o **CANAL HISTORIZANDO** com a **Tat**, inscrito no YouTube desde 05.03.2015, contava com 42 mil inscritos no momento da pesquisa e é apresentado pela mineira Tatiana Rezende, de 26 anos, formada em História pela UFMG em 2012 e em Comunicação Social (Jornalismo), também pela UFMG em 2016. Atualmente Tatiana também atua como professora no Tática Pré-Vestibular. O canal se apresenta com o objetivo de abordar conteúdos de História de maneira acessível para vestibulandos, “concurseiros” e interessados nos temas abordados. Assim como os demais, o canal faz referência a outras redes sociais de sua coordenadora, mas não possui nenhum site vinculado para a venda de produtos relacionados aos conteúdos postados.

O vídeo selecionado foi o **Ditadura militar Especial ENEM**, publicado em 26.10.2016 com duração de 19:57 min. e 5.117 visualizações até agosto de 2018. A ferramenta de comentários permanece ativa e registrava 41 comentários. O vídeo tem como cenário o quarto de sua residência e os recursos audiovisuais utilizados envolvem a utilização de imagens relacionadas à temática e geração de caracteres grandes na cor vermelho para chamar atenção no decorrer da sua narrativa.

Tatiana Rezende inicia o vídeo informando que o assunto será voltado para o ENEM, com referência às questões da prova. Em seguida, aponta-se como antecedente do golpe o receio dos Estados Unidos quanto ao crescimento do socialismo no Brasil e o seu papel como financiador da ditadura no país. Segundo ela, os momentos cruciais da ditadura militar brasileira de 1964-1985 são cobrados na prova do ENEM a partir dos governos de Castelo Branco, Costa e Silva, Médici, Geisel e Figueiredo. Na sequência, afirma-se que o golpe foi uma junção dos militares com os civis conservadores do Brasil com o financiamento dos Estados Unidos e descreve-se cada Ato Institucional.

Sobre a resistência, aponta-se a mobilização da UNE, a morte do Edson Luiz, a passeata de 1968, as greves de MG e SP e os movimentos culturais, como os festivais com participações de artistas como Chico Buarque, Caetano e Gil, destacados como manifestações de uma “contracultura”. Além disso, destaca-se o surgimento das guerrilhas com uso de violência e menciona-se a participação da presidente Dilma Rousseff na guerrilha. Nesta perspectiva, destaca-se que em 1968 foi instituído o AI-5, que estabeleceu o fim do *habeas corpus*, o que fez com que os anos de governo do Médici fossem considerados “Anos de chumbo”.

Figura 6: Tela do Canal Historizando com a Tat e indicação do vídeo.



Outros pontos destacados são o “milagre econômico”, com o crescimento da economia do Brasil e a realização de “obras faraônicas” (sic), como a Transamazônica e a Ponte Rio-Niterói; a vitória do Brasil na Copa de 1970 e o movimento ufanista no país. A respeito do milagre econômico, destaca-se que ele deixou muitas dívidas decorrentes dos empréstimos adquiridos pelo Brasil no exterior e aprofundou as desigualdades sociais, já que o crescimento das riquezas não foi para todos.

A transição para a democracia é abordada a partir do fim do AI-5 e do caso Vladimir Herzog. Destaca-se neste período o pacote de abril, o surgimento dos senadores biônicos, a Lei Falcão; o mandato de seis anos para presidente; a Lei da Anistia, que concedeu o perdão aos guerrilheiros e aos torturadores militares; o fim do bipartidarismo, com o desmembramento do MDB em vários partidos; o atentado no Rio Centro em 01.05.1981; o movimento das Diretas Já! e a Emenda Dante Oliveira até a eleição de Tancredo Neves os desdobramento de sua morte, que culminou com o governo José Sarney, em 1985, como o primeiro presidente civil a assumir o governo depois do golpe e um apoiador dos militares.

Os comentários mais recentes registrados em referência ao vídeo destacam elogios à professora e informam que ela ajudou muito na realização das provas. Entretanto, não se observa qualquer comentário que revele polarizações políticas em defesa ou denúncia da ditadura, como nos demais vídeos analisados.

Reflexões e análises

Cabe esclarecer que a intenção deste trabalho não foi ranquear os vídeos selecionados para fazer qualquer tipo de indicação sobre qual seria o melhor, mais completo ou mais comprometido com as metodologias da história acadêmica, mas analisar os conteúdos e as estruturas narrativas dos discursos sobre a Ditadura que circulam nas videoaulas sobre o tema na internet (produtores e espectadores) para identificar quais os usos públicos desse passado na atualidade.

Os vídeos analisados possuem, juntos, milhares de visualizações e em todos os casos o que se verifica, tanto pela fala dos apresentadores quanto pelos comentários registrados, é um uso escolar da história da Ditadura, cada vez mais requisitada em avaliações de larga escala no país. Observou-se que tanto os apresentadores produzem os vídeos pensando no seu uso escolar, quanto aos jovens que visualizam esses vídeos e registram seus comentários também fazem um uso escolar das informações veiculadas, sem grandes preocupações sobre como relacioná-las ao presente e à conjuntura política do país. Isso nos leva a pensar que embora os acontecimentos políticos do país nos últimos anos tenham colocado em evidência a importância de se conhecer e se posicionar sobre esse passado, o que demarca o interesse do público jovem sobre a história da Ditadura é o seu uso escolar. Se, por um lado, isso demarca um avanço por deixar claro que a temática está cada vez mais presente nos currículos e avaliações de larga escala, por outro, a polarização política observada nos comentários analisados indica que não existe consenso quanto às finalidades de seu ensino.

Sobre os conteúdos mobilizados, o que se observa é uma preocupação muito grande dos apresentadores em oferecer o máximo de detalhes, nomes e curiosidades possíveis sobre a história e seus sujeitos.

Questões factuais que não são suficientes para construir relações de sentido e pertencimento com esse passado. A impressão é a de que fizeram um compilado de nomes e datas presentes em livros didáticos para a mera memorização de seus interlocutores. Neste aspecto, o que importa basicamente é saber como começou e como terminou o regime, o nome dos presidentes em exercício e o que estabeleceu cada Ato Institucional. As discussões sobre o conceito de Ditadura, a interrelação com outras ditaduras na região, a violação de direitos humanos e os reclamos por reparação e justiça da atualidade aparecem em segundo plano. O que predomina é uma história factual, em que se destacam aqueles que oferecem mais detalhes e analogias para tratar do tema.

Nas narrativas apresentadas os militares aparecem como os protagonistas do golpe e de sua perpetuação, assim como da transição para a democracia. Os movimentos de oposição e resistência, duramente reprimidos, são apresentados a partir de relações de causa efeito, que destacam quem era a favor e quem era contra o regime. A ênfase está na repressão aos movimentos de oposição. O “milagre econômico” e a construção de grandes obras públicas são citados em todos os vídeos como o legado do período e apenas dois dos vídeos destacam o papel dos Estados Unidos em apoio ao golpe e sua manutenção. Nenhum dos vídeos analisados incorpora as produções recentes da historiografia sobre o período, que destacam sobretudo o apoio de empresas e o crescimento da corrupção durante o regime. Além disso, a oposição binária entre civis e militares também dificulta o entendimento de que setores conservadores da sociedade civil apoiaram o golpe e tiveram um papel ativo na manutenção do regime, assim como muitos militares foram perseguidos, torturados e assassinados por se manifestarem contra o golpe

11.

11 Para ampliar as discussões sobre a participação de empresários no golpe e manutenção do regime ditatorial no Brasil confira Payne (2014).

Quanto aos recursos utilizados, nenhuma novidade. Nada de depoimentos, entrevistas, performances ou referências que ultrapassem a abordagem dita “tradicional” das salas de aula. As imagens e recursos visuais utilizados aparecem desprovidos de qualquer referência e possuem um caráter meramente ilustrativo. Neste aspecto, a principal vantagem dessas videoaulas é a possibilidade de escolher quando e onde assistir. Já no que se refere aos comentários, poucos são os que se posicionam politicamente quanto à abordagem apresentada ou estabelecem relações com o presente. Nos casos em que isso foi observado, prevaleceu a negação da existência de uma ditadura no país e a chamada “teoria dos dois demônios”, que equipara a violência do Estado e dos movimentos de oposição e resistência. Neste aspecto, também chama à atenção que os comentários não são respondidos pelos coordenadores dos canais, sequer para contestar às críticas sobre a abordagem utilizada.

Para concluir

Antes de iniciar a pesquisa a expectativa era encontrar canais de Histórias super produzidos que trabalhassem a temática de forma tão eloquente que justificasse as milhares de curtidas recebidas. Além disso, esperava-se encontrar nos comentários muita mobilização que oferecesse indícios para entender a polarização política do país em relação ao tema, especialmente quanto ao lugar dos jovens nesse debate. Mas, ao contrário disso, o que se observou foi a superficialidade das discussões, em caráter meramente factual, que não revelam mais do que o uso escolar da temática, que neste caso se resume a ir bem nas provas. Os recursos didáticos são precários, as imagens utilizadas aparecem desprovidas de qualquer referência e não se apresenta qualquer outra fonte ou bibliografia que permitam

USOS PÚBLICOS DO PASSADO: OS JOVENS E A DITADURA NOS CANAIS DE HISTÓRIA DO YOUTUBE

JEAN APARECIDO PRESSE E JULIANA PIROLA DA CONCEIÇÃO BALESTRA

identificar as narrativas apresentadas como conhecimento histórico. A isso se soma a pouca formação dos apresentadores de alguns dos canais, que sequer finalizaram a formação na área. Nesta medida, é possível afirmar que a história da Ditadura nesses canais não ultrapassa seu uso escolar nem dialoga com a produção acadêmica da área ou respeita sua metodologia científica de construção. Sobre o Ensino de História, se pudermos usar essa referência, aparece empobrecido e desarticulado de seus usos e funções na construção de sentidos de orientação, pertencimentos e identidades. E são exatamente esses os fatores que levam muitas parcelas da sociedade a questionarem o papel da História e do seu ensino na atualidade, especialmente quando o tema se volta para a Ditadura.

Referências

- 7 Canais no youtube que ensinam história sem te deixar com sono. *Catraca Livre*, São Paulo, 19 de set. de 2017. Disponível em: <<https://catracalivre.com.br/educacao/7-canais-no-youtube-que-ensinam-historia-sem-te-deixar-com-sono/>>. Acesso em 20 de nov. 2018.
- BALESTRA, J. P. C. O peso do passado: currículos e narrativas no ensino de história das Ditaduras de Segurança Nacional em São Paulo e Buenos Aires. 2015. 226f. Tese (Doutorado em Educação) - Campinas, Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 2015.
- BAUER, C. S. A intervenção militar de hoje e de ontem. *Revista Carta Maior*, Porto Alegre, 16 de mar. de 2015. Disponível em: <<http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Direitos-Humanos/A-intervencao-militar-de-hoje-e-de-ontem/5/33066>>. Acesso em: 05 set. 2015.
- BAUER, C. S. Um estudo comparativo das práticas de desaparecimento nas ditaduras civil-militares argentina e brasileira e a elaboração de políticas de memória em ambos os países. Tese (Doutorado em História). 2011. 446f. Porto Alegre-Barcelona, Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Departament d'Història Contemporània da Universitat de Barcelona, 2011.
- BISPO, L. M. C.; BARROS, K. C. Vídeos do Youtube como recurso didático para o ensino de História. *Atos de Pesquisa em Educação*, v. 11, n. 3, 2016.
- BRASIL. Ministério da Educação. Base nacional comum curricular. Brasília, DF: MEC, 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: História (3º e 4º ciclos do Ensino Fundamental). Brasília: MEC/SEF, 1998.
- CASTELLS, M. A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.
- Conheça canais no YouTube para aprender História. *Universia*, São Paulo, 01 de fev. de 2018. Disponível em: <<https://noticias.universia.com.br/cultura/noticia/2018/02/01/1158050/conheca-canais-youtube-aprender-historia.html>>. Acesso em: 20 de nov. 2018.
- CZELUSNIAK, A. Professores youtubers são campeões de audiência e querem mais aulas na web. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 3 de jun. de 2016. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/professores-youtubers-sao-campeoes-de-audiencia-e-querem-mais-aulas-na-web1fz9ffmkz5j5apa95ynk2cv30/>>. Acesso em: 29 de out. 2019.
- FICO, C. Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- FUTURA. Trilhas: Quem são os professores youtubers. Canal Futura, Rio de Janeiro, 29 de nov. de 2017. Disponível em: <<http://www.futura.org.br/trilhas/quem-sao-os-professores-youtubers/>>. Acesso em 20 de nov. 2018.
- JULIO, R. A. Professor de matemática vira fenômeno no YouTube e abre empresa de sucesso. *Pequenas Empresas Grandes Negócios*, São Paulo, 21 de nov. de 2018. Disponível em: <<https://revistapegn.globo.com/Banco-de-ideias/Educacao/noticia/2018/11/professor-de-matematica-vira-fenomeno-no-youtube-e-abre-empresa-de-sucesso.html>>. Acesso em: 29 de out. 2019.
- LÉVY, P. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 2009.
- MALERBA, J. Acadêmicos na berlinda ou como cada um escreve a história: uma reflexão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não acadêmicos no Brasil à luz dos debates sobre a PublicHistory. *Revista História da Historiografia*, v. 15, 2014.
- MALERBA, J. Os historiadores e seus públicos: Desafios ao conhecimento histórico na era digital. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 37, n. 74, 2017.
- NAPOLITANO, M. 1964: história do regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto,

USOS PÚBLICOS DO PASSADO: OS JOVENS E A DITADURA NOS CANAIS DE HISTÓRIA DO YOUTUBEJEAN APARECIDO PRESSE E JULIANA PIROLA DA CONCEIÇÃO BALESTRA

NOBRE, G. 5 Melhores canais de História (Usei, e passei em medicina). 2017. (4m48s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=zNTVKQhUKwM>>. Acesso em 20 de nov. 2018.

NOIRET, S. História pública digital. Liin em Revista, v.11, n.1, 2015.

PAYNE, L. Cumplicidade empresarial na ditadura brasileira. Revista Anistia Política e Justiça de Transição / Ministério da Justiça, Brasília, n. 10, 2014.

QUEIROGA JÚNIOR, T. M. Youtuber como plataforma para o ensino de História: A era dos “Professores-Youtubers”. In: IV Semana Acadêmica de História da UNILA, Foz do Iguaçu, Paraná, 2018.

BISPO, L. M. C.; BARROS, K. C. Vídeos do Youtube como recurso didático para o ensino de História. Atos de Pesquisa em Educação, v. 11, n. 3, 2016.

ROCHA, H. Ditadura Militar (1964-1985) nas narrativas didáticas brasileiras. Revista Espacio, Tiempo y Educación, Salamanca, v. 2, n. 1, enero-junio 2015.

SARLO, B. Tempo Passado. Cultura da Memória e Guinada Subjetiva. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SCHITINO, R. O conceito de público e o compartilhamento da história. In: MAUAD, A. M.; ALMEIDA, J. R.; SANTHIAGO, R. (Orgs.). História Pública no Brasil. Sentidos e Itinerários. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

SENRA, R. Grupos pró-intervenção militar tentam influenciar rumo de greve dos caminhoneiros. BBC News Brasil, São Paulo, 24 de mai. de 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44244583>>. Acesso em: 28 de out. 2019.

SOARES, G. A. D.; D'ARAUJO, M. C. (Org.). 21 anos de regime militar: balanços e perspectivas. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994.

Vídeos analisados

ALADIM, D. Canal Débora Aladim. Resumo de História Ditadura Militar. 2015. (19m31s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=B8hLHJSA6V0>>. Acesso em 26 out. 2018.

DIDEUS, F. Canal Vamos falar de História? Ditadura Militar Brasileira. 2015. (12m17s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=0q3pVCwP7fM>>. Acesso em: 26 out. 2018.

MOREIRA, P. R. Canal Parabólica. Ditadura Militar para o ENEM (História do Brasil) Aula #17. 2017. (59m51s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4ceFMDndn_0>. Acesso em: 20 ago. 2018.

REZENDE, T. Canal Historizando com a Tat. Ditadura Militar Especial ENEM. 2016. (59m57s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=KT2w-jyfqaA>>. Acesso em: 26 ago. 2018.

SOLLA, W. Canal Se Liga Nessa História. CAIU NO ENEM #69: Regime Militar (Questão 19 - Prova Azul - 2015). 2015. (3m02s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Dt-51QMcr4>>. Acesso em: 26 out. 2018.

Jean Aparecido Presse
Universidade Federal da Integração Latino-
Americana
(jean_presse@hotmail.com)

Juliana Pirola da Conceição Balestra
Universidade Federal da Integração Latino-
Americana
juliana.balestra@unila.edu.br